

Izabel Missagia
de Mattos

Educar para dominar

A missão dos frades capuchinhos entre os índios botocudos aldeados no Itambacuri (1873-1919) serviu-se da escola e de professores indígenas e mestiços como instrumento para a promoção de “mistura” étnica – por meio da mestiçagem – e “dissolução” da rede de sociabilidade indígena.

Resumo | Intérprete “brasileiro” mestiço, professor bilíngue no aldeamento do Itambacuri (1873-1917), Domingos Ramos Pacó elabora em manuscrito, na língua botocuda, uma memória crítica da história social da missão. Em destaque a diversidade de destinos das crianças indígenas – apoiada no ideal da formação de uma “raça cruzada” – e, no limite, uma denúncia ao trabalho dos capuchinhos pela pedagogia excludente.

Abstract | *The mestiço interpreter Domingos Ramos Pacó, a bilingual teacher in the village of Itambacuri (1873-1917), wrote a manuscript in the Botocudos indian language as a critique of the social history of the mission. Highlighted were the diverse destinies of the indigenous children – supported by the ideal of a crossed-race – even criticising the work of the Capuchin friars for their exclusive teaching.*

> Introdução

O estudo da experiência histórica da missão dos capuchinhos entre os botocudos de Itambacuri, em Minas Gerais, pode ser delimitado pelo período que vai de sua fundação, em abril de 1870, até o início das atividades do Serviço de Proteção aos Índios na região, em 1911. Dentre os possíveis recortes utilizados para analisar esse importante empreendimento missionário e governamental, ressalto, neste trabalho, a experiência dos professores indígenas levando em conta o contexto histórico e regional.

Com efeito, a pesquisa sobre a trajetória do ensino escolar no aldeamento de Nossa Senhora dos Anjos do Itambacuri demonstra sua implantação enquanto instrumento para a promoção de “mistura” étnica – por meio da mestiçagem entre indígenas e adventícios – e “dissolução” da rede de sociabilidade indígena. Tal estratégia fundamentou o trabalho de “conversão” dos povos botocudos ali aldeados e se impunha como condicionante para a apropriação privada do amplo território da missão ali ocorrida.¹

Papel dos *kruk*

Em primeiro lugar, é preciso considerar o papel das crianças indígenas – conhecidas historicamente pelo

vocabulo botocudo *kruk*, regionalmente adaptado como *curucas* – nas relações interétnicas verificadas na região desde os primórdios da ocupação daqueles sertões.

As crianças indígenas constituíram historicamente no Jequitinhonha, Doce e Mucuri objeto de cobiça por parte de traficantes, fazendeiros, viajantes. Todos os viajantes naturalistas estrangeiros que percorreram a região, invariavelmente, levaram consigo um *kruk* no retorno de sua comitiva. Teófilo Otoni e Victor Renault (1877) relataram a morte precoce dos seus *kruks* levados para as cidades. Também Saint-Hilaire deteve-se no “problema” das crianças indígenas traficadas no Jequitinhonha e seu destino trágico.

A tendência de utilizar as crianças indígenas tanto como trabalhadores potenciais (escravos) quanto como instrumento estratégico para a definitiva conquista dos botocudos não deixaria de se inscrever no modelo de catequese missionária, ao qual seria adaptado. Os padres, enquanto tutores dos índios nos aldeamentos centrais, continuaram a dispor de suas vidas, reorganizando as relações das crianças entregues aos educandários nos termos dos arranjos matrimoniais elaborados com a finalidade expressa de fundar uma cidade mestiça e uma população próspera.

A persistência do comércio de *kruks* – ainda que dissimulado pelas teias de parentesco fictício, do tipo “compadrio”, estabelecido entre os índios “civilizados” –, como eram tratados os aldeados e a população regional, pode ser notada ainda durante o período de funcionamento das missões capuchinhas em Minas, concorrendo para o esvaziamento das escolas dos aldeamentos centrais, considerando as constantes denúncias que os diretores encaminhavam à Diretoria Geral dos Índios, além das referências expressas em depoimentos orais de descendentes de indígenas aldeados em Itambacuri. Esse foi o caso, por exemplo, do aranã Manuel Índio de Souza, de acordo com os seus descendentes hoje residentes nos municípios de Coronel Murta e Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais.²

Em 1873, poucas semanas após a fundação da missão, um de seus diretores, frei Serafim de Gorizia (1829-1918), escreveu ao diretor-geral dos índios, o brigadeiro Antônio Luiz de Magalhães Musqueira, que cerca de 70 jovens já frequentavam a escola do aldeamento de Nossa Senhora dos Anjos do Itambacuri. Pouco tempo depois, essa escola receberia também alunos não índios, de acordo com a estratégia do diretor do Itambacuri de promover a sociabilidade dos indígenas no âmbito das relações com a população regional. Segundo a sinopse da missão elaborada pelo vice-diretor do Itambacuri, consistia o ensino nas escolas “na instrução primária, no catecismo, trabalhos manuais e da lavoura”. Pouco tempo depois de fundadas, encontravam-se as escolas repletas de “meninos e meninas das duas raças”, segundo o vice-diretor.³

Os mestres

Durante os cinco primeiros anos seria o sargento Torquato de Souza Bicalho, ex-combatente da guerra

do Paraguai, o professor contratado para a missão. Em 1881, passou a funcionar uma escola somente para as meninas e moças, dirigida por Romualda Órfão de Meira – talvez indígena ou mestiça –, contratada especialmente pela Diretoria Geral dos Índios da Província por sua experiência de lecionar aos indígenas da Província do Mato Grosso. Domingos Pacó, por sua vez, filho de Umbelina Pohoc e do intérprete Félix Ramos da Cruz, tornara-se o professor bilíngue em 1882, lecionando durante os 19 anos seguintes, quando seria demitido pelos missionários, que contrataram, em 1901, um professor branco, o músico Emanuel Pereira, casado com índia, que recebera dos índios a alcunha *Tangrins*.⁴

Algumas providências foram adotadas pelos missionários 20 anos após a fundação da missão, em consequência da revolta ocorrida no aldeamento em 1893. Nesse momento da nascente República, providências foram aconselhadas pelos políticos do Estado de Minas Gerais, que passaram a ser responsáveis pela aprovação das dotações públicas destinadas à colônia indígena. Coube-lhes também a distribuição das meninas indígenas da escola entre os moradores da cidade de Teófilo Otoni, uma vez que se temia o retorno dos índios revoltosos, refugiados nas matas após o flechamento dos missionários, para “raptá-las” da catequese.⁵

A demissão do professor Pacó, que se considerava índio, “pela manifesta negligência no cumprimento dos deveres” e “contínuas imprudências”⁶ – entenda-se por alcoolismo, como sustenta a memória oral – “aliás frequentes aos de sua raça”,⁷ por sua vez revela o destino da educação dos indígenas do aldeamento.

Pode-se inferir que a demissão do professor bilíngue tenha se imposto sob um novo conjunto de regras relativas à administração escolar dos índios adotado nos primórdios da República pelos diretores da então

Os Índias Kajichás na
 porta da Igreja de Ytau,
 Guacary, quando foram
 entregues à protecção
 Federal.



APCBH
 APCBH/INCS 7 (R) 1349
 50
 POST-CARD
 CORRESPONDENCE HERE
 NAME AND ADDRESS HERE

Altina parecia ser
 que Ignacia. Bem es-
 tudo nã-se que pro-
 cura restabelecer a
 par, quando alterada
 por Lucio, Benedicta
 e Ignacia.

1) Capitão Joaquim.
 2) Lucio Kajichá, filho de
 3) Benedicto Constantino.
 4) R. Celebre Ignacia (Koa-
 cionaria).
 5) Altina (o unjo da par).

colônia indígena do Itambacuri. Leva-nos a essa conclusão o relatório elaborado, em dezembro de 1893, pelo engenheiro Pedro José Versiani sobre a situação da colônia indígena, dirigido ao inspetor de terras e colonização do Estado de Minas Gerais. O parecer do engenheiro, favorável à continuidade da catequese, continha recomendações expressas para o funcionamento da escola do Itambacuri, como a organização de uma banda de música, para a qual deveria ser enviado pelo governo “um professor habilitado e os instrumentos precisos”. A música, segundo avaliava o engenheiro, poderia “exercer grande influência sobre os indígenas, abrandando-lhes os costumes”, por despertar “os sentimentos nobres e elevados da alma humana”.⁸

Com efeito, no início, o modelo de ensino adotado na missão contou com ampla participação dos indígenas, que, uma vez alfabetizados, transformaram-se em professores e monitores em sala de aula, como foi o caso da professora Delfina Bacán Aranã, sucessora de Romualda após o falecimento dessa, por tuberculose. Delfina, por sua vez, também designara suas discípulas indígenas como ajudantes no ensino.

Esse modelo sofreu um golpe mortal – descrito pelo professor indígena demitido da mesma forma que a professora índia Delfina Aranã – com a introdução do aprendizado agrícola e a construção do asilo para as indígenas “órfãs”, administrado por missionárias italianas enviadas ao Itambacuri por meio de incentivos concedidos pela política educacional do novo governo. O relatório da inspeção técnica do ensino de janeiro de 1907 fornece detalhes do funcionamento da escola em Itambacuri. À época, havia separação entre os sexos, instaurada em 1881. Os meninos se encontravam a cargo do professor Manoel Pereira Tangrins, brasileiro que substituiu o professor bilíngue mestiço.

A professora de misteriosa origem Romualda Órfão de Meira, mencionada como indígena em algumas

referências, lecionou durante 18 anos para as jovens indígenas e nacionais do aldeamento, após o que veio a falecer na missão, tuberculosa, tendo sido substituída pela “filha das selvas” Delfina Bacán de Aranã.

No relatório dos diretores do aldeamento, em 1893, consta que Itambacuri contava, então, 1.228 menores de dez anos em uma população de 2.112 pessoas. A partir de 1889, Delfina Bacán, da etnia aranã, passou a lecionar na escola para meninas, prosseguindo nessa tarefa até 1907, quando chegaram as irmãs clarissas para assumir a educação das “órfãs” indígenas no Colégio Santa Clara. Delfina tornou-se uma dessas índias “puras” do aldeamento, ainda presentes na memória oral do Itambacuri enquanto figura solitária, vagando isolada pelas ruas, sem família nem residência fixa.

Trajatória do professor Pacó

Quando, em 1893, o aldeamento do Itambacuri (1872-1911), dirigido pelos capuchinhos Serafim de Gorizia (1829-1918) e Ângelo de Sassoferato (1846-1926) – até hoje considerado o mais bem estabelecido aldeamento imperial entre os regidos pelo Decreto n. 426 de 1845 –, gozava de uma situação de prosperidade e boa reputação junto aos governos central e provincial do Império brasileiro, o diretor-geral dos índios da Província de Minas Antônio Alves Pereira da Silva descreveu em relatório suas instalações. Essas compreendiam três capelas, duas escolas primárias, uma “prisão correccional”, uma casa de hospedagem, além de engenhos, alambiques, moinhos e monjolos. A “quinta” com árvores frutíferas e pés de cacau e café em fase de produção, ladeada pela casa dos missionários, e as pastagens “verdejantes” para alimentar o gado e demais animais também eram incluídas na listagem dos edifícios que haviam sido “construídos pelos padres diretores do aldeamento e pelos obreiros do lugar, índios e nacionais pobres”. Consta do documento que:

[...] O aldeamento do Itambacuri, talvez o mais importante deste país, tem prosperado de maneira tal, que possui hoje uma grande população que impulsiona uma imensa lavoura, talvez a primeira daquela zona que é por excelência agrícola. Em seu seio contam-se 42 engenhos movidos a bois, além do engenho de ferro, acima mencionado. Estes engenhos fabricam grande quantidade de rapadura, açúcar e aguardente que abastece a cidade de Teófilo Otoni que por sua vês exporta grande parte destes produtos para a estrada de ferro “Bahia e Minas”. A cultura de cereais é importantíssima, pois... é o *Itambacuri o inesgotável celeiro da cidade de Teófilo Otoni*.⁹

Ainda segundo o relatório do diretor, as escolas eram então dirigidas pelos professores indígenas Domingos Ramos Pacó e Romualda Órfão de Meira.

No início do aldeamento, o modelo de ensino adotado contava amplamente com a participação dos índios, que, uma vez alfabetizados, transformaram-se em professores ou monitores em sala de aula. Porém, esse modelo sofreu um duro golpe – bem descrito pelo professor indígena demitido, assim como o foi posteriormente a índia aranã Delfina Bacán – com a construção do asilo para as indígenas “órfãs” e a chegada das irmãs missionárias da Itália, trazidas para Itambacuri como parte da política educacional do governo de Minas, como já foi mencionado anteriormente.

É importante lembrar que as missões religiosas para civilizar os indígenas durante o Segundo Reinado foram oficializadas pelo Decreto n. 426 de 1845, que dispunha sobre o serviço de catequese estruturando-o em repartições públicas, das quais faziam parte as Diretorias Parciais e Gerais dos Índios de cada província. Desse modo, os missionários-diretores

cumpriam a ambígua tarefa de representar o imperador e o clero naqueles longínquos sertões durante o período de crescente instabilidade política de transição para a República.

É possível que o professor bilíngue Domingos Pacó tenha nascido antes do casamento de seus pais, celebrado pelos diretores do Itambacuri em 1874 – o primeiro casamento de uma série ali realizada de forma semelhantemente mestiça –, seu pai sendo um intérprete “brasileiro” mestiço e sua mãe, filha do chefe indígena Pahoc. Esse casamento inaugura uma longa série de sacramentos matrimoniais ministrados pelos diretores capuchinhos, sob os desígnios da romanização eclesiástica.

Alfabetizado pelos missionários-diretores, Pacó passou a exercer o cargo público de professor do aldeamento do Itambacuri aos 14 anos de idade. Em 1901, seria substituído na função por um professor branco, o músico Emanuel Pereira, encarregado de criar uma banda de música no aldeamento, de acordo com as recomendações governamentais após a revolta indígena.

Palavra de índio

Em 1918, tendo já se retirado da missão para “vida nas matas”, Pacó escreveu um precioso relato sobre a memória da fundação do Itambacuri, na qual sobressai seu domínio discursivo dos símbolos da conversão indígena. Um dos aspectos mais fascinantes do seu manuscrito – trazido a público por meio do minucioso trabalho de pesquisa realizado pelo franciscano holandês Olavo Timmers e publicado em 1969, por ocasião do centenário de nascimento de Teófilo Otoni¹⁰ – é o fato de dissimular, sob uma linguagem hiperbólica e apologética da ação dos capuchinhos e da conversão, uma perspectiva nativa e prática das falhas da

catequese indígena. No limite, a memória da fundação deixada por Pacó pode ser lida como uma denúncia ao trabalho dos capuchinhos por sua pedagogia excludente e pela invisibilidade conferida à população indígena.

Segundo Domingos Pacó, antes da chegada dos missionários, seu pai, o “língua” brasileiro Félix Ramos, já havia feito uma “derrubada” próxima ao local onde o capitão Pahóc havia reunido uma “numerosa tribo”, que foi “retirada do Poté, Pontarút, Noret, Ampâ e Trindade” para aquele centro.¹¹

Como pode ser observado com base na memória da fundação de Itambacuri escrita por Domingos Pacó, era já numerosa a população indígena que se encontrava no local a ser escolhido pelos missionários para sediar a missão. Tratava-se, na verdade, de grupos *Naknenuk*, considerados uma “confederação” pelas autoridades locais.¹² Chefiados por Pohoc, avô de Pacó, e formado por cerca de 800 homens, além das mulheres e crianças, esse aldeamento – assim composto devido à situação de acirrada disputa com os colonos e grupos indígenas rivais por território – contava com uma rede de pequenos grupos aliados nos arredores que, segundo o professor indígena, serviam como “sentinelas vivas” no caso de ataque inimigo.

O método adotado pelos fundadores foi o de incorporar os índios “convertidos” às principais funções que exigiam a organização de uma nova comunidade. Após a fundação da Ordem Terceira de São Francisco, que congregava os índios proeminentes na vida social do aldeamento, como os professores Domingos Pacó e Delfina Bacan d’Aranã, a nova sociedade indígena, “convertida”, tornava-se participativa. É interessante notar como durante o primeiro decênio do aldeamento a população fixa flutuava em torno de 500 habitantes indígenas, sendo que outros 2.000 índios, estimadamente, continuavam a “vagar” pelas matas, aparecendo na missão, no entanto, por ocasião dos dias “festivos” –

os domingos e dias santos. Os missionários fundadores passavam muito tempo entre os índios, despendendo meses na mata. Seus sucessores, ao contrário, preferiam permanecer no convento, concentrando-se em atividades para a formação de frades.

O êxito do Itambacuri, segundo a interpretação do professor Pacó, deveu-se unicamente ao apoio dos chefes indígenas e dos intérpretes, entre os quais seu próprio pai, o “brasileiro” Félix Ramos, genro do importante líder indígena Pahóc e responsável pela mediação linguística e política entre índios e missionários em diversas situações de conflito.¹³

A demissão do professor bilíngue faz parte da mesma lógica adotada pelos diretores da então colônia indígena do Itambacuri sob um novo conjunto de regras relativas à administração escolar dos índios nos primórdios da República. O relatório elaborado pelo engenheiro Pedro José Versiani, já mencionado, sobre a situação da colônia indígena em dezembro de 1893, dirigido ao inspetor de terras e colonização do Estado de Minas Gerais, ainda que fosse favorável à continuidade da catequese, continha recomendações expressas para o funcionamento da escola do Itambacuri, uma vez que a organização da banda de música por ele preconizada visava a inculcar nos aldeados o sentimento de nacionalidade republicana por meio de ritos civis.

A título de registro, vale a pena mencionar que os descendentes de Domingos Pacó, que se autodenominam Mucurin, encontram-se organizados em torno da luta pelo reconhecimento de sua identidade indígena.¹⁴

Considerações finais

O trabalho de conversão praticado pelos missionários capuchinhos no período imperial foi orientado por diretrizes administrativas válidas para todos

Comunicação do Etueto no Valle do Manhuassú e Rio Doce

Missaõ em 22 de Janeiro de 1878

Inventario Dos objetos existentes no aldeamento.

Capella e Sacristia

- 1 Imagem de madeira, sendo uma da Immaculada Conceição, uma do Patriarcha S. Joze, um do Patriarcha S. Francisco, e outro do Senhor de Nossa
- 2 Uma bangueta com o castico de metal branco
- 3 Um crucifixo com pedras idem idem
- 4 Uma lampada com o estante corrente idem idem
- 5 Dois pares de galhetas com solva, idem idem
- 6 Seis jarros de porcellana fina
- 7 Seis vasos de flores superfinas
- 8 Um tapete de lã
- 9 Dois relicarios de jacarandá
- 10 Dois iveros de jacarandá
- 11 Duas compridinhas de metal
- 12 Tres sinos grandes com torres.

Sacristia

- 1 Um caliz com patena de prata
- 2 Uma custodia de metal fino
- 3 Uma ambula de prata
- 4 Dois relicarios de metal
- 5 Uma our com hostia de metal fino 1.º e 2.º

os setores aos quais se destinavam as políticas públicas do Estado brasileiro, então voltadas para a “higienização” e a moralização da vida social, de acordo com os parâmetros científicos vigentes. A necessidade da configuração de uma nacionalidade homogênea era, então, concebida e projetada enquanto “aperfeiçoamento da raça” através de sua “civilização”. Essa noção é cara ao indigenismo coetâneo e que abrangia, simultaneamente, os aspectos físicos e “industriais” supostamente determinantes do comportamento dos diferentes atores sociais presentes nas regiões de fronteira, onde as missões catequéticas eram estrategicamente estabelecidas.

A trajetória da missão do Itambacuri revela a adesão dos frades diretores ao modelo indigenista leigo, tradicionalmente adotado na região para a “pacificação” dos botocudos, por meio de sua sedução pela dimensão “material” da “civilização”, ainda que o “fascínio supersticioso” pelos símbolos da cristandade, observado no comportamento dos indígenas, também servisse como atrativo para seu estabelecimento nos aldeamentos missionários oficiais.

[...] Bem poucos sabem a grande abnegação e os sacrifícios do pobre missionário capuchinho para tirá-lo da brenha e do *deplorável estado de embrutecimento, a que são os índios aferrados desde sua infância pela propensão à ociosidade e a caça que lhes fornece muita carne, além de se inclinarem à embriaguez e serem falsos e mais prontos a deixar-se enganar do que a educar*; por esta razão, tem-se o maior cuidado possível em educar as crianças, a fim de premuni-los a tempo de tais vícios e de acostamá-los ao trabalho útil.¹⁵

Adequando-se às expectativas expressas pelo indigenismo governamental de então – que apregoava a transformação do indígena em “trabalhador útil” para

a construção de um país “civilizado” –, a conversão civilizatória oferecida aos índios pelos missionários implicava, ainda, a “correção” operada tanto na natureza “hedionda” da “selva” como na do próprio “silvícola”, cuja “raça” deveria ser geneticamente reduzida pelo trabalho civilizador do missionário, através da promoção da mestiçagem. A prática da civilização indígena assentou-se, assim, integralmente, no ideal da formação de uma “raça cruzada”, resistente às agruras exigidas pelo desenvolvimento industrial da nação. Quanto a isso, esclarecia frei Ângelo de Sassoferato:

[...] Frei Serafim [de Gorizia] se convenceu logo de que não se devia formar dos indígenas um povo à parte, separado do nacional civilizado, por que isso prejudicaria o fim que nós, e também o Governo, tínhamos em mira. Por isso abriu logo escolas para ambos os povos misturando-os como se formassem um só. Demais disso, promoveu casamentos entre ambos por considerar ser este *o único meio capaz de assimilar a pura raça indígena*: isto foi reconhecido pelo próprio Governo.¹⁶

A exclusão do indígena “puro” – no limite, incorrigível – fez parte da lógica colonizadora e civilizatória que pautou a catequese do Itambacuri, da mesma forma que os mestiços gerados no empreendimento missionário seriam incorporados às camadas inferiores da sociedade naquela zona pioneira, ou seja, a dos trabalhadores rurais despojados de terra.

A missão da catequese do Itambacuri, de fato, além do compromisso oficialmente estabelecido com o projeto de colonização, contribuiu para a formação de uma “raça cruzada”, nacional e “moralizada” pela imposição de *habitus*, seja por meio da instrução primária, seja pela conversão baseada no exame individual da consciência – a confissão – e no arrependimento.

Notas |

1. MISSAGIA DE MATTOS, Izabel. *Civilização e revolta*: os botocudos e a catequese na Província de Minas. Bauru: Edusc/Anpocs, 2004.

2. MISSAGIA DE MATTOS, Izabel. O nome “índio”: patronímico étnico como suporte simbólico de memória e emergência indígena no Médio Jequitinhonha - Minas Gerais. *Cadernos de Campo*, São Paulo, USP, n. 10, p. 29-44, 2002; CEDEFES (Org.). *Aranã*: a luta de um povo no Vale do Jequitinhonha - Relatório. Belo Horizonte: Cedefes/Ana/PR-MG, 2003. CALDEIRA, Vanessa. Aranã. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/arana/print>. Acesso em: 5 de dezembro de 2010.

3. Frei Ângelo de Sassoferato, *Synopse da missão catechética dos selvícolas do Mucury, norte do Estado de Minas Geraes*. Esta Missão foi fundada em 1873, pelos Rev.mos Capuchinhos Seraphim de Gorizia e Ângelo de Sassoferato no centro das matas, distantes 36 quilômetros ao sul da cidade de Theophilo Ottoni (antiga Philadelphia). 1915. 69 fls, p. 15-17, gav. C, pasta IV.

4. O professor *Tangrins* recebeu este nome que, em botocudo, significa *músico*. Tendo se casado com uma indígena, são os pais do frei capuchinho Serafim Pereira, importante arquivista da Ordem capuchinha em Roma e autor de uma obra sobre a história das catequese e dos missionários capuchinhos no leste do país. Ver: PEREIRA, Serafim A. *Itambacuri e sua história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1998. v. 1 e 2.

5. Frei Serafim *apud* PALAZZOLO, Jacinto de. *Nas selvas dos vales do Mucuri e do Rio Doce*: Como surgiu a cidade de Itambacuri, fundada por Frei Serafim de Gorizia, Missionário Capuchinho (1873-1952). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p. 191.

6. PACÓ, Domingos Ramos. Hámbric anhamprán ti mattã nhiñchopón?. In: RIBEIRO, Eduardo (Org.). *Lembranças da terra*: histórias do Mucuri e Jequitinhonha. Contagem: Cedefes, 1996. p. 201.

7. PALAZZOLO, Jacinto de. *Nas selvas dos vales do Mucuri e do Rio Doce: como surgiu a cidade de Itambacuri, fundada por Frei Serafim de Gorizia, Missionário Capuchinho (1873-1952)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p. 220.

8. Ofício do dr. Pedro José Versiani ao inspetor de Terras e Colonização do Estado de Minas Gerais. 10 de outubro de 1893. Gav. 20. Pasta I. Doc. 21. *Arquivo dos Capuchinhos do Rio de Janeiro (ACRJ)*. Correspondência e ofícios da Catequese do Itambacuri. Gaveta 20 (toda), correspondência expedida do Itambacuri para a Diretoria dos Índios de Ouro Preto e para o Comissário Geral das Missões, assinada por frei Serafim de Gorizia e frei Ângelo de Sassoferato.

9. Relatório do diretor-geral dos índios, Antônio Alves Pereira da Silva, ao secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais. 04 de novembro de 1893. SG 25, p. 84v-85. Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. (APM). Códices da Secretaria de Governo (1863-1894). SG25: expediente da Diretoria dos Índios (1887 – 1894), p. 84v-85.

10. “O Mucuri e o Nordeste Mineiro no passado e seu desenvolvimento segundo documentos e notícias recolhidas por Frei Olavo Timmers OFM em lembrança do 100º aniversário de Teófilo Benedito Ottoni. 1869 – 17 de Outubro de 1969”. Teófilo Ottoni. Datilografado com emendas manuscritas. 535 fls. Arquivo Público Mineiro.

11. PACÓ, Domingos Ramos. Hámbric anhamprán ti mattã nhiñchopón?. In: RIBEIRO, Eduardo (Org.). *Lembranças da terra*: histórias do Mucuri e Jequitinhonha. Contagem: Cedefes, 1996. p. 201.

12. PACÓ. Hámbric anhamprán ti mattã nhiñchopón?, p. 201.

13. PACÓ. Hámbric anhamprán ti mattã nhiñchopón?

14. DE MATOS SILVEIRA SANTOS, Rosana *et al.* La Investigación-Acción- Participativa como instrumento de rescate de la memoria colectiva y cambio social. El caso de los Indígenas Mocuiriñ – Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil. Comunicação apresentada no GT “Educación, cultura e identidades colectivas”. V Congreso Andaluz de Sociología. 5 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.iesa.csic.es/cas/index.php>. Acesso em: 10 de janeiro de 2011.

15. Frei Serafim de Gorizia. Relatório do aldeamento dos índios de Nossa Senhora dos Anjos do Itambacuri dirigido ao brigadeiro Domingos de Magalhães Gomes, diretor geral do índios. 3 de janeiro de 1883. APM – SG 21, p. 223-224-224v-225-225v. Grifos nossos.

16. Frei Ângelo de Sassoferato, *Synopse da missão catechética dos selvícolas do Mucury, norte do Estado de Minas Geraes*. Esta Missão foi fundada em 1873, pelos Rev.mos Capuchinhos Seraphim de Gorizia e Ângelo de Sassoferato no centro das matas, distantes 36 quilômetros ao sul da cidade de Theophilo Ottoni (antiga Philadelphia). 1915. 69 fls. p. 15-17. gav. C, pasta IV.

Izabel Missagia de Mattos é professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Este texto foi originalmente apresentado no 2º Simpósio de Antropologia Histórica de los “Márgenes” de América, ocorrido no âmbito do VII Congreso Chileno de Antropología (San Pedro de Atacama, Chile, 2010).

Amháia - Ápa - Apimagé -
ary - Araguáya - Arakén -
raxá - Arínos - Aroêira -
Aymbiré - Aymoré - Ayu-
aéna - Baependy - Bagé -
raúna - Bartyra - Ba-
éma - Boré - Braúna -
- Cairóra - Cajuzeira -
áia - Camará - Camaragi -
- Camocím - Camopim -
ú - Cangussú - Camhôtim -
- Capivary - C~~o~~rahyba -
- Carapebús - Caribé -